



A Legião Brasileira de Assistência e o processo de interiorização das políticas assistenciais em espaço escolar

MARCELA SANCHES MARCANTONIO*

PROF. DR. SÉRGIO CÉSAR DA FONSECA (ORIENTADOR)**

Resumo:

A presente pesquisa, ainda em andamento, tem por objetivo estudar o processo de interiorização das políticas assistenciais implementadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) no primeiro decênio de atividades da instituição que foi fundada oficialmente em 1942.

Abordaremos as políticas voltadas à assistência à infância pobre, mais especificamente a Sopa e Caixa Escolar, o atendimento nos postos de puericultura e nas instituições educacionais.

Como fonte de pesquisa, utilizaremos os relatórios da Comissão Estadual da LBA, em que é possível obter informações sobre a sopa e caixa escolar bem como de outras políticas desenvolvidas no estado de São Paulo, documentos produzidos pela Comissão Municipal de Ribeirão Preto sobre a atuação da legião no município e região, os relatórios das Delegacias Regionais de Ensino de Ribeirão Preto, São Paulo e outras cidades que possam ser relevantes para a pesquisa dentro o período em questão (de 1942 a 1952). Os documentos selecionados para a pesquisa foram obtidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto.

Palavras-chave: Legião Brasileira de Assistência, assistência à infância, interiorização, Caixa Escolar, Sopa Escolar.

*Graduada em Pedagogia pela FFCLRP-USP; pós-graduanda do Programa de Mestrado em Educação da FFCLRP – USP.

** Professor Doutor no Departamento de Educação, Informação e Comunicação, atuando também no Programa de Pós-Graduação em Educação na FFCLRP-USP.

Introdução

Ao visar compreender o processo de interiorização de políticas assistenciais da LBA da capital para o interior do estado como um objetivo central da pesquisa, a utilização dos documentos produzidos pela Comissão Municipal de Ribeirão Preto (que apresentam informações sobre o funcionamento da agência na cidade e do atendimento prestado às cidades da região) são imprescindíveis.

O presente estudo se propõe também a aprofundar e apurar os propósitos e conteúdos da Caixa e Sopa Escolar como partes integrantes da assistência prestada à infância pela Legião Brasileira de Assistência em seu primeiro decênio de atividades no Estado de São Paulo, uma vez que estes dois elementos são encontrados em textos anteriores à fundação da LBA ao mesmo tempo em que são compreendidos pelos relatórios de atividades produzidos pela agência, contribuindo para a compreensão do processo de interiorização das políticas assistenciais da referida organização.

Sendo assim, Caixa e Sopa Escolar serão eixos centrais do presente trabalho, buscaremos compreender se a LBA se serviu da existência destes elementos para constituir suas políticas assistenciais, verificando se essas práticas foram apenas integradas pela agência e de que maneira eram executadas pela Comissão Municipal da LBA em São Paulo, Ribeirão Preto e região.

A Legião Brasileira de Assistência

Para compreender a LBA e suas políticas assistenciais é necessário analisar o contexto em que a organização estava inserida e os preceitos que regiam a sociedade naquele momento. Ao final do Estado Novo e devido ao ingresso do Brasil nas fileiras aliadas durante a Segunda Guerra, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência através do Decreto-Lei Nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, como ação da primeira-dama, Darcy Vargas (PINTO, 1984). No primeiro artigo publicado pela LBA a agência tem seu objetivo estabelecido: prestar a assistência social, direta ou indiretamente, através da colaboração com instituições especializadas (é fundada como um órgão de cooperação entre Estado e sociedade), em outras palavras, o objetivo era amparar a família dos soldados que haviam sido convocados para a guerra (SIMILLI, 2008).

Neste período era característico do Estado o intenso nacionalismo e a centralização de poder, geralmente federal, (CARRO, 2010). O Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) é uma evidência do espírito estado novista aplicado à gestão do estado e consolidado em extensiva e centralizada máquina estatal (TEIXEIRA, 1947).

A Constituição de 1937 é marcada pela centralização de poder na figura do presidente, Getúlio Vargas, e se constitui como referência doutrinária da época, trazendo uma nova regulação por parte do Estado: “conter os fatores de desordem” (dissídios partidários, luta de classes, conflitos ideológicos, iminência de guerra civil, infiltração comunista) e atender às “legítimas aspirações do povo”, que esperava pela paz política e social, sendo assim, o papel do Estado era assegurar à população a segurança e bem-estar da nação (SPOSATI, 1987; CARRO, 2010).

Na Constituição de 1937 o Estado é corresponsável pela educação integral das crianças em colaboração com a família, subsidiando aquilo que não poderia ser oferecido, porém, o Estado se eximia, de forma velada, de maiores responsabilidades, sendo ampliada sua participação apenas para as famílias definidas por lei como “miseráveis” para proteger, auxiliar, subsidiar e educar as crianças pobres, entretanto, se tratava de um atendimento pobre para pobre. O ensino primário é obrigatório e gratuito, porém, as famílias mais abastadas contribuíam de maneira solidária para a caixa escolar que, a partir deste momento encontra-se como prática regulamentada, embora já fosse comum anteriormente.

A LBA tinha urgência em mobilizar a sociedade civil para apoiar aos esforços de guerra, isto é claramente percebido nos relatórios das Delegacias de Ensino que apresentam ações comunitárias desenvolvidas dentro das instituições educacionais para oferecer tal suporte. A agência era responsável pela assistência à saúde, educação, habitação entre outras prioridades do governo Vargas (MARTINS, 2011).

As políticas sociais implementadas no Brasil consagram um modelo populista nas relações com os assistidos, é um mecanismo que exclui e inclui simultânea e contraditoriamente, pois oferece condições de suprimento de necessidades sociais na sociedade capitalista, mantendo o trabalhador na condição de beneficiário do Estado e não de consumidor, cidadão de direitos (SPOSATI, 1987).

Mecanismos de assistência à infância pobre

A formação de profissionais para a assistência aos pobres e atenção à saúde iniciou-se em 1925 com o curso de educadoras sanitárias oferecido pelo Instituto de Higiene em São Paulo (MOTT, 2005). Pouco depois, fundou-se a Escola de Serviço Social que formou a primeira turma de assistentes sociais de São Paulo. No trabalho de conclusão de curso de uma de suas alunas, Nadir Gouvêa Kfourri, encontramos um importante levantamento sobre instituições assistenciais para a infância pobre de São Paulo (KFOURI, 1936; VIEIRA, 1989; BERTELLI, 2008).

A assistência à infância constitui uma nova participação no campo assistencial para o Estado pois, até o final da Primeira República havia o predomínio de organizações particulares no país, sendo assim, o poder público era constantemente acionado por organizações filantrópicas para receberem algum tipo de apoio (isenção tributária, subvenção incluída no orçamento público, encaminhamento de crianças para orfanatos privados pelo poder judiciário (Juizado de Menores a partir de 1924)).

Em São Paulo, desde 1924, havia uma estrutura burocrática bem como uma justiça especializada para a assistência aos menores, destinada à delinquência infanto-juvenil, crianças pobres e/ou abandonadas. De acordo com Fonseca (2012), o Juízo Privativo de Menores contava com um abrigo e institutos disciplinares estaduais desde 1910. Em 1927, após o Código de Menores, abrigos e reformatórios passam a suprir a necessidade de encaminhamento de menores do judiciário.

Em Ribeirão Preto, o poder público, atuando no campo assistencial, fundou em 1937 o serviço próprio de saúde (Serviço de Assistência Pública) que prestava cuidados médicos à população em postos, embora a fundação Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia já atuasse desde o século XIX e, no início do século XX associações católicas de caridade como a São Vicente de Paulo e Sociedade Amiga dos Pobres já estivessem em atividade.

Como muitas instituições da época, o Asilo Anália Franco e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância foram fundados em 1917 com recursos privados e atendendo à modelos da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI). A escola correcional Patrono Agrícola “Diogo Feijó”, pertencente ao Ministério da Agricultura, também esteve presente na cidade entre os anos de 1922 até 1926. Já o educandário “Coronel Quito Junqueira” (ainda ativo) era uma mistura de orfanato e escola profissionalizante fundado em 1938 atendendo

meninos órfãos ou pobres e contava com subvenção pública embora fosse mantido por uma organização privada (FONSECA, 2012; FONSECA, 2013).

A caixa escolar era responsável pelo subsídio da infância pobre nas instituições escolares há muito tempo, na França oitocentista. No Brasil, foi fomentada no período imperial através do ministro Leôncio de Carvalho e visava a organização do ensino primário público, era um fundo escolar constituído por meio de donativos destinado aos alunos pobres, que recebiam auxílio com a alimentação, assistência médica, material escolar, vestuário e calçados (MOACYR, 1940; CARVALHO e VIEIRA, 2008; CARVALHO, 2012).

Embora a instalação da Caixa Escolar estivesse vinculada a um ideário político e fosse obrigatório pela Constituição de 1937, a caixa escolar não é entendida como financiamento, uma vez que o volume de recursos é diferente, sendo a caixa destinada apenas aos alunos pobres (a exemplo, a merenda escolar era disponibilizada aos alunos pobres apenas, os outros levavam a mesma), logo, sua existência ligava-se aos ideais humanitários em moda na época, como o positivismo (CARVALHO e VIEIRA, 2008).

Os primeiros programas nacionais brasileiros para educação infantil de massa são influenciados por propostas elaboradas por agências intergovernamentais como Organização das Nações Unidas (ONU) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), uma vez que, as recomendações e propostas destes órgãos fizeram com que as políticas sociais brasileiras fossem marcadas por conflitos e coalizões, e a transferência de responsabilidade do Estado para a comunidade (ROSEMBERG 1997).

Os programas destinados à infância pobre surgem pelo ideário de “participação da comunidade”, regido no Brasil pela Doutrina Brasileira de Segurança Nacional (DSN) que tinha por objetivo promover a integridade territorial e nacional, a democracia, o progresso social, a paz e a soberania (ROSEMBERG, 1997).

Neste cenário emergiu a prática de Desenvolvimento da Comunidade (DC), estratégia que buscava a participação social nas políticas, pois os pobres eram vistos como vulneráveis para tornarem-se comunistas. A ONU definiu a DC como meio para melhorar as condições socioeconômicas e culturais da população pobre, para isso era preciso a promoção de melhorias em saúde, educação e alimentação especialmente entre as crianças, como medida preventiva (ROSEMBERG, 1996).

Havia uma preocupação com a infância desvalida em São Paulo assim, Estado e iniciativas privadas (especialmente confissões religiosas) agiam em colaboração para “regenerar” os menores pelo “trabalho”. Em Ribeirão Preto a expansão cafeeira associada aos interesses de grupos políticos ligados à economia agroexportadora, tornou a cidade um atrativo para a imigração, aumentando sua população, trazendo diferenças socioeconômicas e enfrentando problemas criança abandonada (FONSECA, 2009).

Conclusão

Como agência governamental, a LBA tinha função de propositora, elaboradora e articuladora de ações com alcance nacional, financiamento de aparelhos públicos e privados nos municípios e estados (ROSEMBERG, 1997). A manutenção de escritórios em vários municípios contribuía para a difusão das políticas de âmbito federal para o municipal, o que deixa indícios do processo de interiorização das políticas assistenciais para a infância organizadas pela LBA. Nos relatórios da Comissão Estadual de São Paulo e da Comissão Municipal de Ribeirão Preto percebemos a orientação nas políticas, porém, práticas já existentes no município eram consideradas e a Caixa e Sopa escolar aparentam ser um desses exemplos de incorporação de ações que já aconteciam nos municípios pela LBA.

Até 1976, quando foi implantado o Projeto Casulo (primeiro projeto em grande escala), a LBA desenvolveu programas destinados à infância e maternidade de forma não extensiva e baseada no voluntariado sob o discurso da DSN que a atuação com a infância pobre tinha um caráter preventivo, era preciso zelar pelos “homens de amanhã”. O Projeto Casulo, assim como outros projetos, não superou as deficiências de outros programas já implementados, continuou sendo atendimento a baixo custo e larga escola, baseando-se essencialmente em recursos oriundos da comunidade (ROSEMBERG, 1996).



Referências Bibliográficas

BERTELLI, Edilane. Narrativas de (e) trajetórias masculinas no Serviço Social: “uma profissão nova para almas grandes”. *Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 25 – Narrativas*, p. 35-51. 2008.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 15 abr. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 579, de 30 de julho de 1938. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/outros/linha-do-tempo/Decreto-Lei_579_de_30_de_julho_de_1938.pdf. Acesso em: 16 fev. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14830.htm. Acesso em: 18 dez. 2015.

CARRO, Silvina Maria. A Assistência Social no Universo da Proteção Social – Brasil, França e Argentina. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro; v. 7, n. 25, julho de 2010, p. 173-192.

CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Livia Carolina. A Caixa Escolar e a bandeira republicana de educação para o povo. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação (5.: 2008: Aracaju, Sergipe)*. Congresso Brasileiro de História da Educação: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/index.php>. Acesso em 15 abr. 2015.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. *Educação em foco*. Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, set 2011/fev 2012.

FONSECA, Sérgio César da. A assistência à infância pobre na República Velha: comparações entre São Paulo e Ribeirão Preto (1900-1917). *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009, p. 203-220.

FONSECA, Sérgio César da. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, mar. 2012, p. 79-108.

FONSECA, Sérgio César da. A incorporação de modelos e referência externos à prática da assistência à infância em Ribeirão Preto (1917-1952). *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, Cuiabá, mai. 2013.

FONSECA, Sérgio César da. Ribeirão Preto e a chegada da assistência institucional à infância ao Oeste Novo. *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, v. 14, n. 2, maio/ago. 2015. (no prelo)

KFOURI, Nadir Gouvêa. Estabelecimentos particulares cujo objetivo é prestar assistência aos menores abandonados no município da Capital. São Paulo: s.n., 1936 [?]. (datilo.). 31p.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Comissão Estadual de São Paulo. *Síntese de suas principais atividades em 1949*. Com uma recapitulação dos anos de 1947 e 1948. São Paulo: LBA, 1950.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais*. Hist. cienc. Saúde-Manguinhos vol.18 supl.1. Rio de Janeiro. v.18, supl.1, dez. 2011, p.15-34.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. Subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889). Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, vol. 3.

MOTT, Maria Lucia et al. *O gesto que salva*. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo Projetos Editorias e Históricos, 2005.

PINTO, Luis Fernando Silva. *O social inadiável*. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: USF/Cortez, 1997. p. 141-161.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Organizações multilaterais, Estado e educação infantil*. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 115, mar. 2002, p. 25-63.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: UNESP, 2008.

SPOSATI, Aldaiza. *História da pobreza assistida em São Paulo*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1987.

TEIXEIRA, Anísio. Autonomia para educação na Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.11, n.29, jul./ago. 1947. p.89-104.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *História do Serviço Social: Contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

Fontes

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Estatutos, ideias gerais, estrutura da Comissão Estadual de São Paulo, regimento dos Centros Municipais de São Paulo*. São Paulo: LBA, 1942.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Como é empregado o dinheiro da Legião Brasileira de Assistência em São Paulo. Discurso pronunciado pelo dr. Marcio Ribeiro Porto, Assistente chefe da L.B.A em São Paulo, na comemoração do 2º aniversário da Casa Maternal e da Infância "Leonor Mendes de Barros".* São Paulo: Legião Brasileira de Assistência, 1946.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Comissão Estadual de São Paulo. *Síntese de suas principais atividades em 1949.* Com uma recapitulação dos anos de 1947 e 1948. São Paulo: LBA, 1950.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Relatório Geral e síntese de atividades de 1983. Brasília: Legião Brasileira de Assistência, 1983.

DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO. *Relatório apresentado ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Educação pelo Delegado de Ensino, Francisco Alves Mourão.* Ribeirão Preto, s.n., 1943. (datilo.)